

Livro nº. 8

Folha 61



MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2017/2021

**Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 22 de Fevereiro de 2019**

**Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 22 de Fevereiro de 2019**

----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a primeira sessão ordinária do ano de dois mil e dezanove da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;-----**
- 2. Análise do pedido de substituição da Sr.^a Adriana Martins na CPCJ e consequente eleição do novo membro para integrar a Comissão de Proteção das Crianças e Jovens**
- 3. Análise para conhecimento de proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;-----**
- 4. Análise e votação de Declaração de Interesse Municipal relativa aos imóveis da Quinta dos Carqueijais;-----**
- 5. Análise e deliberação de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Francisco de Oliveira Dias.-----**
- 6. Análise e deliberação de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Frei Bento Domingues.-----**

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupar o lugar de segundo secretário.-----

----- Esteve presente nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo. Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e oito, tendo-se verificado a falta justificada do senhor Presidente da União de Freguesias de Chamoim e Vilar. Registou-se ainda a ausência justificada do senhor deputado Guilherme Alves e da senhora deputada municipal Maria Alice de Sá e Sousa, sendo estes substituídos, nos termos da Lei pelo senhor deputado António Lages e Alberto Casimiro, respetivamente.-----

----- Comprovada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise das atas das sessões anteriores. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva das mesmas aos membros da

assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Logo depois e ainda sobres estes documentos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal efectuou os seguintes reparos: assim, na ata de trinta de novembro não consta a justificação da falta do senhor deputado António Pires de Oliveira, mas ela consta da documentação da dita reunião e será assim referida na ata. Já sobre a ata de vinte e cinco de janeiro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que na mesma constará a falta injustificada da senhora deputada Alice Sousa, já que a senhora deputada não fez da mesma qualquer alusão justificativa.-----

----- Posteriormente, colocaram-se à consideração as atas das sessões de trinta de novembro de dois mil e dezoito e de vinte e cinco de Janeiro de dois mil e dezanove, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade.-----

----- Seguidamente teve início o período de antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes elementos da assembleia municipal: senhora Eduarda Pereira, senhor deputado Alexandre Pereira, senhor deputado Filipe Pires, senhor deputado António Lages e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. -----

----- A intervenção inicial pertenceu então à senhora deputada Eduarda Pereira segundo o que de seguida se transcreve na íntegra:-----

Boa Noite,-----

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa da Assembleia, cumprimento o Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro, os Srs. Vereadores e os Srs. Membros de Assembleia Municipal, cumprimento também o Público e Membros de Comunicação Social presentes.-----

Nesta sessão da Assembleia Municipal de Terras de Bouro gostaria de abordar os seguintes assuntos, solicitando ao Sr. Presidente do Município esclarecimentos sobre os mesmos:-----

1. ETAR SOUTO e SANEAMENTO-----

Relativamente à ETAR de Souto gostaríamos de saber mais uma vez o ponto de situação deste assunto, se já existe uma nova localização para a ETAR ou se se vai manter a inicial?----

Uma vez que grande parte da população de Terras de Bouro não possui saneamento, como por exemplo nas freguesias de Balança, Ribeira e Souto, quando estão previstas novas obras para colocação da rede de saneamento nas freguesias, gostaríamos de saber tem alguma planificação nesta área?-----

2. Taxas/Tarifas Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos-----

Na área da rede água registamos como ponto positivo e com agrado a inventariação dos equipamentos levado a cabo pelo Município, pois um bom diagnóstico é essencial para as boas medidas de política.-----

Na última reunião desta Assembleia Municipal não foi concreto ao esclarecer uma questão minha sobre o aumento da tarifa de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, nomeadamente sobre percentagens de aumento. Hoje já conhecemos a "realidade fria" dos

números: 102% de aumento nos domésticos e 80% nos não domésticos. Gostaríamos de saber qual a fundamentação para esta decisão e o porquê de penalizar em tão grande escala os habitantes de Terras de Bouro? Eu por exemplo não tenho memória de ouvir falar em aumentos desta ordem, a rondar os 100%, em serviços públicos a nível nacional e considero que os habitantes de Terras de Bouro não têm que ser penalizados tão drasticamente por anos de má gestão acumulados. Falemos agora de “gestão rigorosa”. Quando veio dizer que existe um défice na água, saneamento e resíduos em valores para “assustar” a opinião pública de 1,7 milhões de euros em 5 anos, gostava que me explicasse se nas receitas apenas contabilizou receitas correntes? E se sim, o porquê de somar às despesas as despesas de investimento e não comparar apenas receitas correntes com despesas correntes como é correto? Já pensou por exemplo em quanto será o défice das estradas camarárias, da viação rural, da iluminação pública ou do desporto? Na administração pública não podemos utilizar apenas os “défices” e, conforme estes sejam convenientes ou não, para a tomada de decisão. Porque não atuar por exemplo na otimização do sistema de gestão de cobranças e na “universalidade” das mesmas, pondo todos os utilizadores a pagar? Outro exemplo, no ano anterior tomou a decisão, uma decisão política, de alterar todos os recipientes de recolha de lixo para contentores em vez de apenas reforçar e recuperar os existentes, essa sua decisão penalizou o “tal défice” e os habitantes de Terras de Bouro veêm agora agravada a sua fatura em 102%, para mais do dobro. Assim como, Terras de Bouro tem a sua rede de saneamento muito incompleta, os próximos anos serão de investimento e investimento necessário para proporcionar qualidade de vida à população, daqui a 5 anos os habitantes de Terras de Bouro terão as suas faturas de água, saneamento e RSU's agravadas em mais de 500% ou 1000%, ou poderão ver estes serviços a serem privatizados?-----

----- Fim da intervenção e transcrição da intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira. ----

----- Logo depois assumiu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira que após os cumprimentos iniciais, afirmou ser a terceira vez que se ia referir ao problema rodoviário em Covide, nomeadamente, a situação da estrada e do talude na zona de Freitas. Naquela zona há água a escorrer para a via, o que, com o frio noturno facilmente congela e torna a circulação perigosa. Também em Covide, o senhor deputado falou sobre a profundidade e largura da poça que existe mesmo junto ao passeio e sem qualquer proteção, situação igualmente perigosa e que, na sua opinião, facilmente se poderia resolver. Continuando a sua intervenção, o senhor deputado Alexandre Pereira falou depois sobre senhora deputada Alice Sousa da bancada socialista eleita em quarto lugar e que, como não aparece há mais de um ano, passa consecutivamente o seu lugar ao quinto ou ao sexto da lista, o que , na sua opinião não está correto. O senhor deputado deu como exemplo desta situação contraditória a posição do Partido Socialista sobre as GOP para dois mil e dezanove, em que o senhor deputado Guilherme Alves teria, na altura, concordado com o seu teor e depois o senhor deputado em

substituição, Ricardo Gonçalves, veio aqui a esta assembleia discordar da posição assumida anteriormente pelos seus colegas de bancada. Ora, finalizou o senhor deputado, tal aconteceu pelo desconhecimento do senhor deputado em regime de substituição da posição anterior e, seria assim importante, que a senhora deputada Alice Sousa respeitasse o regimento, pois tem já um número de faltas considerável.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado António Lages que depois de cumprimentar todos os presentes quis deixar, em primeiro lugar, o seu agradecimento pela apresentação, na sessão anterior, do Voto de Pesar pelo falecimento do seu pai. Depois o senhor deputado aludiu à problemática da vespa asiática e apresentou a preocupação que assola os apicultores do concelho, pois está em causa o futuro da produção do mel e de tudo o que envolve esta atividade. O senhor deputado António Lages perguntou ainda se há registo dos ninhos destruídos em dois mil e dezoito. -----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal e após dirigir cumprimentos a todos os presentes iniciou o seu período de resposta às intervenções ocorridas e, assim sendo, à intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira respondeu que relativamente à ETAR de Souto teve oportunidade de discutir este assunto recentemente numa reunião em Lisboa com Sr. Secretário de Estado do Ambiente que tinha, inclusive, um convite para se deslocar a Terras de Bouro desde Abril de dois mil e dezoito) e onde se discutiu a possibilidade de uma nova localização, provavelmente, em Souto. Neste encontro, para além da apresentação do estado do saneamento em Terras de Bouro, foi feito um apelo ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente para junto da empresa Águas do Norte se aquilatar da possibilidade de ligar o interceptor até Caldelas, explicando, novamente, o Senhor Presidente os meandros do processo até aqui. Mais informou também que o Sr. Secretário de Estado já tinha conhecimento de todo o processo e, na verdade, já há nesta fase uma certa pressão das Águas do Norte e do próprio empreiteiro para se avançar com a obra. Em breve, o Senhor Presidente irá ter uma reunião no Porto com o Secretário de Estado do Ambiente e onde se poderá insistir na deslocalização para Vieira do Minho, mas claro que o Eng. Cardoso quererá ter contrapartidas por parte da empresa Águas do Norte. Mais frisou o Senhor Presidente que se o investimento existente já é da ordem dos oitocentos mil euros urge resolver esta situação, sublinhando também que se fossem atribuídos doze milhões de euros a Terras de Bouro, as questões da água e do saneamento no concelho ficariam resolvidas. Este Município, frisou o Senhor Presidente, teve um vereador durante dezasseis anos dedicado a esta área e que pouco ou nada fez e não vai ser agora este Presidente, que herdou todo o processo, a ter culpa do atual estado de cobertura de saneamento, água e problemas afetos a esta área. Isto porque, continuou, foi necessário fazer um levantamento dos últimos anos para perceber que alguns não pagavam nada, nem água, nem lixo, nem saneamento! Só em dois mil e dezoito, o Município recuperou mais de cem mil euros em dívidas, exemplo dessa "má gestão acumulada", expressão tantas vezes usada e com razão, pois já vem de há muito a incapacidade para resolver este e outros problemas! Só com as alterações aos tarifários, fruto

das recomendações da ERSAR, é que nos poderemos candidatar aos fundos para investimento nesta área, algo absolutamente necessário, num concelho onde a cobertura de saneamento básico, em alguns casos mal feita ou de forma ilegal, é apenas de vinte e sete por cento, comunicou o Senhor Presidente. Este é o estado das coisas e não vamos esconder nada à população, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que garantiu também o total investimento das verbas nesta área onde as más opções passadas falam por si, dando o exemplo dos caixotes de lixo em rede como sendo, manifestamente, uma má medida, por não serem higiénicos nem funcionais, ao contrário dos que, entretanto, se adquiriram, esses sim adequados à recolha dos resíduos como é, aliás, feito em outros concelhos. Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente falou sobre a falta de contadores na Ermida e como depois acontece que não há água no verão, explicando, simultaneamente, a difícil situação da construção dos ramais de água, um investimento fundamental em função da realidade atual. Neste período, o Senhor Presidente terminou dizendo que sem fundos não há hipótese de termos saneamento básico em Terras de Bouro e essa é a sua preocupação.-----

----- A senhora deputada Eduarda Pereira reassumiu logo depois a palavra para referir que o Movimento Independente Terras de Bouro é o Nosso Partido é coerente nas posições que toma e já anteriormente também tinham votado contra a taxa de IRS. Ao que o Senhor Presidente da Câmara retorquiu de imediato, questionando qual tinha sido o aumento da população com a taxa de IRS a quatro por cento? Zero! Respondeu logo a seguir e se o município tem direito a esta verba para juntar a outras que se possam utilizar, assim será bem-vinda. Depois, o Senhor Presidente aludiu à introdução das taxas de utilização dos serviços do Gabinete de Apoio ao Agricultor e justificou tal medida com a despesa de funcionamento do próprio serviço, além de que, se as pessoas recebem subsídios também podem pagar algo para os obter, respeitando desta forma o trabalho e fazendo-se cumprir a lei. Terminou a resposta à senhora deputada Eduarda Pereira o Senhor Presidente, dizendo que, com ele nunca a gestão da água será privada e se, realmente, existe um rosto na má gestão acumulada nesta matéria, ele está identificado e não é ele próprio.-----

----- Ainda sobre a questão das taxas aplicadas, assim como os valores da receita e despesa, o Dr. Paulo Antunes, interveio para prestar os devidos esclarecimentos.----- O Senhor Presidente voltou a assumir a palavra e sobre a intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira afirmou que a empresa Infraestruturas de Portugal já foi contactada devido ao problema que o senhor deputado referiu em Covide, sendo certo que o município não deve substituir as entidades responsáveis nas suas devidas áreas de acção. Já sobre a situação da senhora deputada Alice Sousa, o Senhor Presidente disse que tal é um assunto da competência da assembleia municipal. Sobre a intervenção do senhor deputado António Lages, o Senhor Deputado comunicou a disponibilidade e empenho dos serviços municipais na questão do combate à vespa asiática, mas também é verdade que não existe disponibilidade diária para

esta questão. Sobre o registo dos ninhos, ele existe e será enviado ao senhor deputado posteriormente, finalizou o Senhor Presidente, nesta fase.-----

----- Neste período, assumiu depois a palavra o senhor deputado Filipe Pires com cumprimentos iniciais a todos os presentes e informando logo depois a intenção da senhora deputada Alice Sousa em pedir a suspensão do seu mandato por um ano. O senhor deputado demonstrou igualmente grande surpresa pela posição do senhor deputado Alexandre Pereira sobre a última matéria, pois o Partido Socialista é um partido pluralista, ao contrário do Partido Comunista Português. Relativamente à questão dos elogios, não poderia discordar mais do que o que foi dito pelo senhor deputado da CDU. No Partido Socialista elogiamos e discordamos quando é o caso e essa foi também a posição do deputado Ricardo Gonçalves nesta assembleia. Aliás o Partido Socialista tem uma lista que se permite revezar, já o PCP talvez não tenha essa oportunidade, sublinhou o senhor deputado Filipe Pires. Continuando a sua intervenção, o senhor deputado aludiu seguidamente à questão da água no concelho e de como o Senhor Presidente herdou este tema tal e qual como ele está, ou seja um sério problema e que já em 2009 assim também o era. Aliás, 30 anos de governação local do PSD provocaram, nesta área, uma situação catastrófica, reiterou o senhor deputado Filipe Pires que sobre o recente aumento, afirmou que este devia ser gradual e não brutal como aconteceu. Esta situação teria mesmo o anterior presidente da câmara ter dito que preferia ter-se demitido a concordar com os aumentos propostos pela ERSAR, pois os valores da rede em baixa além nem são significativos. Há também instituições, continuou, que beneficiam da gratuidade dos serviços e que devem ser controladas para evitar excessos e ilegalidades. Por último, na sua intervenção, o senhor deputado Filipe Pires referiu-se a uma proposta relativa ao canil municipal e de como teria tido conhecimento de que Amares também pretende construir um canil. Ora, na sua opinião, Terras de Bouro poderia adiantar-se e propor à Câmara Municipal de Amares a criação de um canil intermunicipal em Gondoriz, aliás dentro do que já está programado para o local, mas em colaboração com o município vizinho. O senhor deputado Filipe Pires acha esta ideia interessante e talvez merecesse um esforço para se ver se há esta possibilidade.-----

----- Posteriormente interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga dirigindo cumprimentos à Mesa e a todos os presentes e deixando, desde logo, o seu elogio ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pela medida de controlo do pagamento das faturas da água, comparando com o concelho vizinho de Vila Verde, no que aos preços diz respeito e de como a realidade de Terras de Bouro exige uma séria reflexão sobre a água e o saneamento. Estas medidas já vêm tarde e este Presidente arrisca-se assim a ser o melhor Presidente da Câmara Municipal que por aqui passou, sublinhou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----

----- O senhor deputado Alexandre Pereira solicitou novamente a palavra para voltar a referir a divisão existente na bancada socialista, lembrando inclusive a votação e aprovação da Moção de Censura ao Governo que o próprio apresentou nesta assembleia e também o processo de

substituição da senhora deputada Alice Sousa e dos vários deputados que por aqui já passaram.-----

----- Sobre esta última intervenção, o senhor deputado municipal Filipe Pires voltou a intervir para afirmar que o Partido Socialista, na questão das substituições, está a cumprir o Regimento da Assembleia Municipal e quando este órgão tiver um entendimento diferente logo a bancada socialista ouvirá e agirá em conformidade.-----

----- Prosseguindo a sessão, o senhor deputado António Pires de Oliveira cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, disse logo depois não ser contra a aplicação das taxas cobradas pelos serviços do Gabinete de Apoio ao Agricultor, mas também é verdade que os agricultores trazem muita riqueza ao concelho e isso deve ser tido em consideração, veja-se o exemplo de Vieira do Minho, onde os agricultores são muito apoiados. Relativamente ao assunto da água e saneamento, o senhor deputado apresentou a seguinte questão: quem foi que geriu estes assuntos em Terras de Bouro durante muitos anos? Há partidos e pessoas que deveriam estar calados, sublinhou e concluiu o senhor deputado António Pires de Oliveira.-

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal reassumiu a palavra para novo período de respostas aos senhores deputados e à intervenção do senhor deputado Filipe Mota Pires respondeu que o anterior vereador responsável pelo sector da água e saneamento até já o era antes de dois mil e nove e que quando herdamos uma situação, não devemos estar sempre a tirar esqueletos do armário, perguntando logo depois ao senhor deputado qual a proposta que trouxe aqui sobre esta matéria nos últimos oito anos e que conselhos deu ao Dr. Luís Teixeira sobre estes assuntos, sublinhando também o Senhor Presidente da Câmara Municipal que, no seu caso e no da sua equipa, já existe essa obrigação de trabalho em conjunto. O senhor deputado, para além das funções municipais que desempenhou teve também uma voz ativa com o seu Blogue Mariola e que combate fez ao Dr. Luís Teixeira ainda no tempo do Dr. António Afonso questionou novamente o Senhor Presidente. Na verdade, nos últimos doze anos o Dr. Luís Teixeira foi o vereador responsável e tinha que tomar as medidas adequadas ou ser aconselhado para tal, não sendo correto agora criticá-las, quando temos que as tomar e elas são sérias e concretas, reiterou o Senhor Presidente. Mais lembrou o Senhor Presidente que da fatura da água constam três serviços que devem e têm que ser pagos e a nossa missão é também consciencializar as pessoas e as empresas para o facto de que se querem ter serviços de qualidade, têm, realmente, que pagar. Quando hoje aqui se falou em “aumento brutal”, tal afirmação é de uma demagogia incrível, pois todos sabemos que, de outra forma, tudo continuaria na mesma. Já quanto à proposta do canil, este assunto foi tratado na CIM Cávado e, na verdade, até para Terras de Bouro pode ser pequeno, estando assim fora de hipótese a sugestão apresentada, ainda que não seja má, não é, no entanto, exequível. De seguida e já sobre as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, o Senhor Presidente agradeceu a intervenção e garantiu também ao senhor deputado António

Pires de Oliveira que os agricultores continuarão a ser apoiados com a criação de todas as condições para que tal se mantenha.-----

----- Passou-se, de seguida, ao período de intervenção do Público. -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- Terminado este período entrou-se, de seguida, na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constaram os seguintes pontos: -----

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;-----

2. Análise do pedido de substituição da Sr.^a Adriana Martins na CPCJ e consequente eleição do novo membro para integrar a Comissão de Proteção das Crianças e Jovens
3. Análise para conhecimento de proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;-----

4. Análise e votação de Declaração de Interesse Municipal relativa aos imóveis da Quinta dos Carqueijais;-----

5. Análise e deliberação de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Francisco de Oliveira Dias.-----

6. Análise e deliberação de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Frei Bento Domingues.-----

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção com a apresentação dos valores financeiros desde a última sessão e, assim sendo, o valor da receita cobrada até catorze de fevereiro em operações orçamentais foi de novecentos e treze mil, quatrocentos e trinta euros e quarenta e três cêntimos e em operações de tesouraria foi de cinquenta e um mil, trezentos e cinquenta e sete euros e nove cêntimos e já o valor da despesa efetuada até à mesma data foi de oitocentos e dezassete mil, quinhentos e dez euros e cinco cêntimos em operações orçamentais e de cinquenta e seis mil, duzentos e dois euros e quarenta e oito cêntimos euros em operações de tesouraria. Ainda neste ponto, o Senhor Presidente referiu, relativamente à DOMAS (Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento) as obras em fase de projeto, pedidos de parecer e ou candidaturas: reformulação da praia do Alqueirão; 2.^a fase do percurso pedonal entre pontes e Assureira / Gerês; arranjo urbanístico do espaço entre a C.V.P., a rotunda e o Parque do Tanquinho / Rio Caldo: construção do Açude Rio Homem (a jusante da ponte de Gondoriz); a aguardar pareceres: Ecovia – lanço Moimenta / Souto – 5 500.00ml - projeto de arquitetura e especialidades em curso; estrada da Ermida – alargamento até ao Pontido e pavimentação total - reformulação de projeto e melhoria do desempenho energético em edifícios municipais. Sobre a DPU (Divisão de Planeamento e Urbanismo) o Senhor Presidente aludiu à emissão de

licenças de construção, utilização e certidões diversas emitidas pelos serviços. Já relativamente à DTECD (Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto) o Senhor Presidente comunicou, entre outros: a preparação de candidaturas ao Minho Inovação e a implementação do Projeto internet for EU.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente informou também a Assembleia Municipal sobre: a realização da prova desportiva Gerês Extreme Marathon; a assinatura do Protocolo com AF Braga; a presença do Presidente da ANACOM em Terras de Bouro e de como já se encontra no terreno a equipa para verificar o sinal de TDT; a visita do senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais e de como este transmitiu de que não há ainda qualquer envelope financeiro sobre e para a transferência de competências, o que, por exemplo, no campo da saúde originará encargos e responsabilidades acrescidas com funcionários e instalações, com a existência ou sobreposição de duas entidades, governo e câmara municipal, concluindo o Senhor Presidente sobre este assunto que se trata de um absoluto desastre que só vem reforçar a sua posição contrária a esta e outras transferências. O Senhor Presidente referiu ainda o apoio do município aos sapadores florestais do Vale do Homem e também de Rio Caldo, explicando o processo deste apoio e dos últimos cento e cinco dias de trabalho das duas equipas. Por último, neste período, o Senhor Presidente congratulou-se com a distinção atribuída pela Universidade do Minho a Frei Bento Domingues e os avisos efetuados junto das juntas de freguesia relativamente à realização das queimadas.-----

----- Sobre este ponto da ordem de trabalhos não aconteceu qualquer inscrição ou consideração dos presentes. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, após introdução pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou a palavra sobre o mesmo a senhora deputada Elisa Lameira para comunicar que a bancada social-democrata iria propor a Dr.^a Isménia Loureiro para aceder ao pedido de substituição da Sr.^a Adriana Martins na CPCJ. -----

----- Sobre este ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu a palavra e fundamentou legalmente a decisão, no seu entender, desnecessária da realização de eleição por voto secreto, o que foi, unanimemente aceite e, assim sendo, a Dr.^a Isménia Loureiro foi, por eleição nominal e unanimidade, escolhida para substituir a Sr.^a Adriana Martins na CPCJ. --

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal e prosseguindo a sessão, introduziu o terceiro ponto da ordem do dia e leu a respetiva, "proposta sobre reconhecimento de prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos", concedendo logo depois a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que se sobre este ponto quis deixar presente o seguinte: o Município trata todos por igual, envia e reenvia a fatura dos serviços, depois notifica e depois, se tal for o caso, corta a água, sendo certo que, em alguns casos de manifesta necessidade ou desfavorecimento social, se concede mais um dia ou dois, mas até nestas situações ou pagam, ou corta-se também a água, sublinhou. Mais informou o Senhor Presidente que a câmara

municipal dá todas as possibilidades para que as pessoas paguem, até faseadamente, mas assumindo as suas responsabilidades e não caindo no erro dos maus exemplos de alguns responsáveis municipais do passado. As pessoas têm que perceber que se há dinheiro para café, tabaco e bons telemóveis, também tem que haver para pagar um serviço público essencial como é a água, reiterou o Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Aberto o período para intervenções solicitou a palavra sobre o mesmo o senhor deputado Manuel Sousa nos moldes da intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa,-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara,-----

Caros Deputados Municipais,-----

Em relação a este ponto da ordem de trabalho não podemos ignorar a sua existência, apesar de todas as intervenções já efetuadas no passado sobre o assunto. Já nos foi explicado o motivo de existência de sucessivos pedidos de prescrição de dívidas. Todavia, consideramos que a metodologia tem que ser alterada ou aquilo que deveria ser uma exceção torna-se numa regra, que é não pagar e esperar o tempo necessário a invocar a prescrição. Há métodos que têm de ser aplicados de forma eficaz, seja no sistema de faturação, seja na equipa de gestão. Ainda que exista uma recuperação de valores em dívidas, que o Sr. Presidente já aqui referiu, seria importante rever o sistema de alerta de pagamento e a imediata execução de valores, antes de atingir o prazo legal de seis meses porque iniciado a execução o prazo de prescrição é suspenso. Continuamos a receber estes pedidos que são usados como procedimento normal e que não é moralmente aceitável perante o cliente bom pagador. A mantermos a situação tal como está, é um convite a que tendencialmente mais pessoas possam querer usar esta falha do município, para não pagar os serviços que lhe são prestados. Se analisarmos os valores em causa percebemos que alguns são consideráveis e que justificam uma atuação eficaz. Complementado o que foi já referido, hoje, pela deputada Eduarda Pereira, não faz sentido um aumento de tarifas de água, com a finalidade de colmatar um défice na ordem do 1 milhão e setecentos mil euros, quando assistimos a uma perda de receita por prescrição de valores a que temos acesso nos sucessivos documentos. Trata-se de uma situação que se prolonga no tempo e, perante as datas mais recentes, referentes a 2018, já começam também a implicar responsabilidades ao atual executivo. Por se tratar de um assunto, que todos sabem, sensível à população, que muito se tem manifestado no passado em relação a determinados pedidos de prescrição, há que arranjar soluções ou continuaremos perante esta situação de injustiça, que pode transparecer para a população uma atitude de inércia e conveniência, que em nada prestigia uma entidade pública e todos aqueles que a representam. Este ponto refere análise e deliberação, questiono se o documento será levado a votação. Muito obrigado-----

----- Fim da transcrição e intervenção senhor deputado Manuel Sousa sobre o terceiro ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Sobre a última intervenção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu novamente a palavra para afirmar que até se podiam utilizar as informações das Finanças para

resolver esta questão, pois o município tem carência de pessoal para enfrentar estas situações e deu o exemplo dos emigrantes que até optam por pagamento por transferência bancária para evitar problemas. O senhor deputado Manuel Sousa refere e bem que temos que melhorar, assim estamos a fazer, mas qual seria a posição do movimento independente se fizéssemos às Finanças a proposta para cobrança coerciva, seria, sem dúvida muito complicado, sublinhou o Senhor Presidente.-----

----- A senhora deputada Eduarda Pereira interveio ainda igualmente sobre este ponto para dizer que nunca, anteriormente, se deliberou, no caso, votou, sobre este assunto.-----

----- Após esta última intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, o terceiro ponto da ordem de trabalhos, sendo este aprovado por maioria, com os votos de abstenção dos cinco dos deputados do Movimento Independente “Terras de Bouro é o Nosso Partido”.-----

----- Continuando a sessão e sobre o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que apresentou os meandros do requerimento para a necessidade da emissão de Declaração de Interesse Municipal relativa aos imóveis da Quinta dos Carqueijais em Valdosende. Trata-se de uma situação de criação de riqueza para o concelho com um investimento avultado na área do Turismo com a implementação de postos de trabalho e fomento da economia local através de necessárias obras de requalificação no espaço em questão, isto tratando-se de um investimento privado que deve ter acolhimento, mas em consciência, sublinhou o Senhor Presidente, informando, igualmente que este pedido foi aprovado por unanimidade na reunião do Executivo Municipal.-----

----- Sobre este ponto interveio o senhor deputado António Pires de Oliveira afirmando que se estão a correr riscos com este pedido e abrir precedentes, pois a Lei é bastante clara sobre as casas de campo, situação que não está aqui contemplada e por isso irá votar contra com Declaração de Voto.-----

----- Também sobre este ponto falou o senhor deputado Filipe Mota Pires que começou por questionar se existir uma votação a favor, a situação resolve-se ou não, é que, sublinhou o senhor deputado, é preciso ver se existe conhecimento total do processo para não se cometer ou votar favoravelmente alguma ilegalidade, afirmando, igualmente, concordar com a posição do senhor deputado António Pires de Oliveira. Esta deliberação poderá abrir um risco para o futuro, pois parecem existir dúvidas sobre a classificação atual do empreendimento, concluiu o senhor deputado Filipe Mota Pires. -----

----- Ainda sobre este ponto, pediu a palavra a senhora deputada Eduarda Pereira para questionar a necessidade da emissão da declaração em causa. -----

----- Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu logo de seguida para dizer que tal pedido se deve ao facto do requerente querer a legalização de novas infraestruturas

que lhe permitam obter a classificação de Casa de Campo, voltando o Senhor Presidente a realçar o facto de que no futuro poderão surgir novas situações que logo se analisarão.-----

----- A senhora deputada Eduarda Pereira retomou a palavra para perguntar também se a propriedade ou o que se quer fazer no local está inserido em REN ou RAN.----- Sobre esta questão assumiu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende para responder negativamente, aliás já existem outras construções na mesma área.-----

----- Findo este período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o quarto ponto da ordem de trabalhos à votação, sendo este aprovado por maioria, com quatro votos de abstenção dos senhores deputados do Partido Socialista e um voto contra do senhor deputado António Pires de Oliveira.-----

----- O senhor deputado António Pires de Oliveira voltou ainda a usar da palavra, como tinha referido anteriormente, para declarar relativamente à sua posição de voto neste ponto que o turismo em espaço rural, neste caso para Casa de Campo, obriga à existência de cinco casas típicas, o que não é o caso nesta situação específica, pois apenas uma é típica e as outras são de arquitectura moderna, logo, não se enquadram no regime. O senhor deputado mostra-se por isso contra esta situação, pois a quem é de cá dificulta-se e para quem é de fora facilita-se, concluiu.-----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quinto ponto da ordem de trabalhos: Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Francisco de Oliveira Dias, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal justificado a sua apresentação lendo o documento referente ao mesmo. -----

----- Sem mais intervenções e logo colocado à votação foi aprovada por unanimidade e consignado o respectivo Minuto de Silêncio.-----

----- Por último, senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o sexto ponto da ordem de trabalhos, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Frei Bento Domingues e igualmente Senhor Presidente da Câmara Municipal justificou a sua apresentação lendo o documento referente ao mesmo. -----

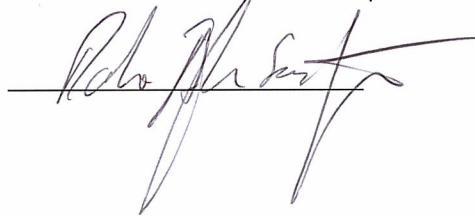
----- Sem mais intervenções e logo colocado à votação, foi também aprovado por unanimidade e consignado o respectivo Minuto de Silêncio.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram 23:30 horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Roberto Almeida", is written over a horizontal line. The signature is stylized with a large, sweeping initial 'R' and a long, horizontal stroke extending to the right.